

# PORTUGAL democrático

EDIÇÃO  
EXTRA

SÃO PAULO, JANEIRO DE 1959

## Entre a Prisão e o Exílio

Adolfo Casais Monteiro

Parece que os acontecimentos se precipitam, em Portugal: à inquietação geral, às violências insensatas, à indolência de desorientação oficial, vem juntar-se de repente o pedido de asilo à Embaixada do Brasil em Lisboa, feito pelo candidato da oposição nas últimas eleições. E o governo, mais uma vez, recorre aos métodos de sempre: é ridículo, é sensacionalismo, o general nada tinha que recear, ninguém o impedia de sair do país...

A verdade é que o último desejo do general Humberto Delgado seria sair do país. Se pediu asilo à embaixada do Brasil, foi, evidentemente, por se ver totalmente sem garantias; e, nesse caso, antes o exílio do que a total restrição da sua atividade. Quem está farto de conhecer a deslealdade, a perfídia, a total falta de palavra da ditadura portuguesa, só pode rir dos ares de escandalizada superioridade com que aqueles senhores declaram imotivada a atitude do general; quem os ouve, supõe que nunca se prendeu ninguém naquele país!

Aqui, o ditador, que já vai passando de sinistro a ridículo, esquece a diferença entre um regime democrático e um regime totalitário: fala como se as suas palavras pudessem ter algum sentido, e as suas "garantias" valessem qualquer coisa. Também tinha sido "garantido" que as eleições seriam honestas... Tudo tem sido "garantido" pela ditadura portuguesa, mas, na realidade, qualquer português sabe que só está realmente garantido depois de pôr o pé fora das fronteiras.

Um regime democrático, pela sua simples existência oferece garantias: não precisa de as "dar". Num regime democrático, terminadas as eleições, o general Delgado, candidato vencido, voltaria à sua vida normal, não teria sido acusado dos mais variados "crimes", com a clara finalidade de "justificar" o seu afastamento do ativo, e de o "castigar"; como ele não ficou quieto, tendo, inclusive, participado no "crime" de convidar Aneurin Bevan e o dr. Júlio de Mesquita Filho para fazerem conferências "subversivas" em Portugal, as "medidas" iriam decerto mais longe, se ele não tivesse tomado a decisão que enche hoje os jornais de manchetes a toda a largura da primeira página.

Mesmo os regimes que levaram às últimas consequências a arbitrariedade e a violência nunca tiveram a coragem de se desmascarar inteiramente: até Hitler procurava "justificações" para a chacina dos seus adversários internos, e pretextos para a ocupação dos territórios que cobijava. Quanto mais um governo de tartufos, que até sob a capa da democracia procurou encobrir-se, quando viu que o fascismo tinha definitivamente os dias contados!

Esta cobardia fundamental do regime salazarista não o impede de ter todas as características definidoras do fascismo, limita-se a suprimir o seu lado grandiloquente, os urros à Hitler e as árias de ópera à Mussolini; no fundo, suprimiu na mesma qualquer direito; também ali a nação não tem voz ativa, porque a nação está "encarnada" no senhor Oliveira Salazar. E se a nação é ele, que mais quer o povo?

Repetidas vezes tem o sr. Salazar chorado a ingratidão do "seu" povo, que não o compreende; e ainda há pouco chorou a da Igreja, esquecida do que lhe deve, como ele teve o cuidado de lembrar, ao mesmo tempo que a ameaçava com a perda dos privilégios. Oxalá cumpra a "meação"! Porque os homens são fracos e a Igreja é constituída por homens; posta na mó de baixo, igualada à ralé dos adversários, podemos esperar que a Igreja assumira a responsabilidade da revolta que já vai lavrando com intensidade entre os fiéis, e que até já encontrou expressão pela pena de um dos seus príncipes. E eu não creio que, perdido o apoio da Igreja o sr. Oliveira Salazar possa manter-se no poder, por mais de uma hora que seja.

É um fato: o sr. Oliveira Salazar acabou por se tornar risível, sem deixar de ser uma figura sinistra. Não para sua maior vergonha, mas para a de todos aqueles que lhe serviram de corte, ativa ou passiva, dentro e fora do país. O sr. Salazar é um fantasma, mas um fantasma cruel, que não se limita a ir puxar o pé dos cidadãos mas os precipita desapidadamente na cadeia, ou na miséria — ou em ambas ao mesmo tempo. E se nós, portugueses, olharmos de lado os chamados governos democráticos da Europa, é porque tivemos a dura experiência de os ver fechar os olhos, para poderem "ignorar" que ali a dois passos eram quotidianamente espelhados os princípios em nome dos quais eles diziam ter lutado contra os regimes fascistas.

Não sabemos ainda — escrevo no próprio dia em que os jornais deram a notícia do pedido de asilo do general Humberto Delgado — os desenvolvimentos que terá esta situação. Pela minha parte, ignoro até se o general poderá trocar o asilo na Embaixada do Brasil por um lugar num avião que o levará a algum país onde sofrerá, sem dúvida, a dor de não poder lutar ao lado dos portugueses livres, cujo espírito tão admiravelmente encarnou, mas onde, ao menos, estará a salvo das garras da polícia. Ora, a verdade é que neste momento a liberdade do ex-candidato à presidência da República importa mais do que o sacrifício dela; o escândalo da sua prisão, é de preferir a, ainda que relativa, liberdade de ação do ho-

mem que tem o direito de ser considerado, onde houver espírito de justiça, presidente eleito da República Portuguesa.

Peço menos, nós, portugueses livres, sabemos que ele o é, em boa justiça, e como tal o temos, portanto. Embora nunca acatássemos como legal nenhum governo, desde o 28 de Maio de 1926, o fato é que, até às últimas eleições, havia uma aparência de legalidade, resultante da total impossibilidade de ser demonstrada a fraude. O caso mudou de figura nas últimas eleições: o roubo eleitoral foi demasiado patente. Portugal está sem governo, e onde estiver o general Humberto Delgado estará a cabeça dum futuro governo legal.

Foi talvez isto o que faltou até agora à luta nacional pela libertação: um chefe legal no exílio. As circunstâncias, juntamente com o senso político do general Humberto Delgado, fizeram dar essa reviravolta à situação: de hoje em diante, Portugal esperará o regresso do seu verdadeiro Presidente da República. Terá um símbolo de união. Não receará que ele se torne mais um prisioneiro de boca tapada: poderá ouvir-lhe a voz, vinda de fora, mas nem por isso menos viva e menos "presente".

Ninguém ignora, com efeito, até que ponto a melindrosa situação do governo do sr. Salazar está pendente de circunstâncias externas que o possam colocar numa situação insustentável. Nem se ignora, tampouco que já não é possível a todas as polícias juntas impedir a entrada e a circulação no país da voz da esperança que lhe vem do exterior, como na recente e magnífica onda de solidária revolta que correu o Brasil, ao saber-se da prisão de Jaime Cortesão e dos seus com-

(Continua na página seguinte)



Mais do que nunca, o general Humberto Delgado simboliza o espírito de resistência dos portugueses contra a opressão, os roubos e os crimes da ditadura salazarista. O chefe indiscutido da maioria da Nação Portuguesa — porque é um homem sem medo — não tardará em vibrar no fascismo os golpes que destruirão o iníqua regime. "Portugal Democrático" incita todos os portugueses livres e dignos à luta contra a tirania de Salazar, sob a chefia de Humberto Delgado.

## A Grande Surpresa

por VICTOR RAMOS

Delgado pediu asilo à Embaixada do Brasil: esta notícia que encabeça a primeira página da edição de hoje dos principais jornais brasileiros, constitui, para o Estado Corporativo português a última surpresa desagradável, de uma série de desagradáveis surpresas.

De há um ano a esta parte, o sr. O. Salazar tem visto falhar sucessivamente todos os pontos em que assentava a sua ação política. A tática do chefe do Estado Novo, primária mas eficiente, baseava-se fundamentalmente em dois princípios que, até há pouco, se haviam revelado de efeito seguro: impossibilidade de educação política dos portugueses; divisão da oposição. Daqui decorriam, ou para aqui convergiam, certo número de fatos que contribuíam para que Salazar se mantivesse no poder: a situação internacional que sempre lhe permitiu, com grande facilidade, lançar umas contra as outras as diferentes correntes oposicionistas; a dificuldade em que a oposição sempre se encontrou de achar um vulto de prestígio, isento de preconceitos políticos, que congregasse em torno de si todas as forças; a aceitação, por parte dos democratas portugueses, da imposição de cessarem toda a atividade política logo após os curtíssimos períodos de liberdade condicionada de que gozavam por ocasião das eleições. Esta tática era acompanhada por uma repressão violenta, mas não espetacular, repressão que, sendo severa no plano nacional, não despertava a atenção da opinião pública mundial.

Qualquer tática, porém, tem um ponto-limite de aplicação, condicionado pela modificação das circunstâncias sobre as quais atua. E foi isto que o brilhante teórico que o sr. O. Salazar pretende ser, não

conseguiu vislumbrar. A modificação dessas circunstâncias vem se realizando, lenta mas seguramente, graças à pauperização de sucessivas camadas da sociedade portuguesa. O movimento de "acesso à pobreza" é um fato que as estatísticas "trompe l'œil", que nos falaram de aumento global da renda nacional, não conseguem esconder. Um comerciante, que ainda há cinco seria favorável à política do Estado Novo, é hoje um oposicionista ferrenho porque se sente diretamente atingido pela desastrosa política económica do corporativismo. Aquele oficial do Exército enganado durante tantos anos com promessas de melhoria de situação e com uma propaganda falaz de maior prestígio das armas portuguesas, compreende agora que foi logrado, e esta compreensão dá-lhes forças para enfrentar as consequências que, conscientemente, sabe que lhe podem advir de uma posição contrária ao regime.

Esta alteração de circunstâncias, colocando a maior parte da sociedade portuguesa perante dificuldades idênticas, gerou um fenómeno de

incalculável importância: a unificação das forças da oposição e, o que é mais, fez com que essa união se verificasse em torno de um só homem. Em junho de 1958, quando das eleições presidenciais, o Estado Novo encontrou-se perante uma situação única na sua história: tinha, do outro lado da barricada um grupo coeso de elementos decididos a manobras, todas as calúnias (e saenfratá-lo, perante o qual todas as be-se bem quão fértil é a imaginação do salazarismo em tais estratégias), quebraram os dentes. Esse grupo era dirigido por um homem de extraordinária coragem que, sem qualquer preconceito partidário, decidira unir toda a oposição em torno de um programa mínimo, levando-a assim até à vitória. Foi esta a primeira surpresa desagradável que o salazarismo encontrou.

Entretanto, a unidade oposicionista assim conseguida constituiria para o Estado Novo apenas mais uma dificuldade, ainda transponível, se conseguisse, como das vezes anteriores, levar a oposição a cessar toda a (Continua na pág. seguinte)

## Aviso aos Navegantes

por João Sarmiento Pimentel

A nau do Estado Novo, que tem navegado com carta de corso nestes 32 anos só com piloto, pois o nomeado e fingido comando supremo ficava em terra, tem hoje um contra-almirante, dito Americo Deus Tomas, que prometeu melhores rumos para chegar a porto de salvamento, qual seria o da paz e concordia da família lusitana. Como o seu homónimo Frei Tomás, o que ele diz não é o que faz, ou o piloto armador do barco quer. E assim, todos os portugueses que não são da confraria salazarista sofrem as mais violentas perseguições, são presos, são atirados pela PIDE e pela tropa, vexados e escarnecidos num ambiente de terror e de arbitrariedades que visa manter em silêncio e sob a ação desmoralizadora do medo o país inteiro. Mas pode acontecer, e vai

acontecer fatalmente, que, no meio de tantos milhares de perseguidos, haja um ou outro mais corajoso, disposto a arriscar tudo e que, desesperado, lance mão daqueles meios violentos e decisivos onde, como sempre, os tiranos acabam tristemente. Que longe estaria D. Carlos de supor que os decretos que lhe dava João Franco para assinar iam armar aqueles que o mataram à saída do Arsenal? A tragédia ficou ali na morte do rei e do príncipe, sem mais agravo para a camarilha que tinha desservido e acabou por destruir a monarquia dos Braganças. A ditadura desapareceu, D. Manuel subiu a um trono que não tinha pernas nem espaldas, logo transformado em banco dos reus e, por decisão do povo, condenado ao (Continua na pág. seguinte)

Os acontecimentos registrados em Lisboa no dia 12, que o governo se esforça por apresentar à opinião portuguesa sob prismas totalmente falsos, foram-nos a publicar esta edição especial, que se destina inteiramente aos nossos leitores do Continente e das Províncias Ultramarinas. Lamentamos, entretanto, que a circunstancia do presente numero de "Portugal Democrático" ter sido redigido e composto nas vinte e quatro horas que se seguiram à noticia do pedido de asilo do general Delgado nos tenha impedido de incluir os artigos que alguns colaboradores habituais e, muito particularmente, os nossos camaradas de Redacção Alves das Neves e Cunha Rêgo dedicarão ao assunto.

